

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Contenda – Estado do Paraná.

Concorrência nº 02/2020.

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.921.489/0001-73, com sede na Avenida Higienópolis, nº 32 – sala 401, na cidade de Londrina-PR, CEP 86020-080, por sua representante legalmente habilitada, Marina Machado de Rezende, brasileira, arquiteta e urbanista, portador da cédula de identidade RG nº 9.417.457-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.253.149-74, com endereço profissional no local acima referido, vem, com o devido acato e respeito, à presença de Vossa Senhoria, apresentar recurso administrativo contra a decisão do Presidente da CPL quanto a habilitação da empresa *Lider Engenharia e Gestão de Cidades*, fazendo-o com base nos fundamentos a seguir articulados.

1. - Na sessão pública realizada sob a presidência do Sr. Patrik Alves, habilitou as seguintes empresas:

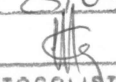
Empresas Habilitadas por atender todas as exigências do Instrumento Convocatório (edital), são:

- VINICIUS RIBEIRO – ARQUITETURA, PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA LTDA – ME, CNPJ nº 22.036.326/0001-01 – HABILITADA;
- URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.689.532/0001-03 – HABILITADA;
- MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA – ME, CNPJ nº 80.921.489/0001-73 - HABILITADA;
- ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.610.553/0001-91 – HABILITADA;
- LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA, CNPJ nº 23.146.943/0001-22 – HABILITADA;

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME

licitacao@maptriz.com.br
Pág. 1/7

Este documento foi assinado digitalmente por Marina Machado de Rezende.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código E5CF-0849-88EB-B732.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA	
DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
Protocolo nº ..	171
Horário:	13:00
Contenda/PR	25.05.2020
	
PROTOCOLISTA	

Após a análise desta Respeitável Comissão de Licitação está não proferiu nenhuma consideração a respeito da documentação contida no Envelope 01 – Habilitação, da empresa LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA- ME.

Diante disso, a peticionária aponta o seguinte vício presente:

A empresa LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA-ME apresentou a Nota Explicativa constante do balanço patrimonial apresentado sem a assinatura do representante legal, em desacordo com o edital.

O edital em questão exige das licitantes que as demonstrações contábeis deverão estar assinadas pelo Representante legal da empresa e seu Contabilista, conforme se extrai do instrumento convocatório:

10.2.4.2 Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário

8

Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Vejam o documento apresentado pela empresa questão:

EXPLICATIVAS REFERENTE À EMPRESA: LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE
LÍDER - ME - CNPJ: 23.146.943/0001-22.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa foi constituída em 2015, seu Capital Social é de R\$200.000,00, representado por 200.000 quotas de igual valor nominal, em moeda corrente no país, tendo por objeto social: Serviços de engenharia, consultoria em tecnologia da informação, atividade de consultoria em gestão empresarial, serviços de arquitetura, serviços de cartografia, topografia e geodésia e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

2-RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76 e Lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08), pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e bancos
Referem-se aos montantes e saldos mantidos em caixa e conta bancária no Sicoob.

c) Contas a receber: Duplicatas a Receber de clientes
Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e segregados entre direitos realizáveis de curto prazo, de acordo com o prazo de vencimento desses créditos.

h) Imobilizado:
Demonstrado ao custo de aquisição ou valor atribuído

m) Obrigações tributárias
Referem-se a saldos a pagar de todos os tributos federais e municipais.

o) Obrigações trabalhistas
Referem-se a saldos a pagar de todos encargos sociais.

N) Outras obrigações
Referem-se a saldos a pagar de contas não listadas anteriormente.

n) Patrimônio Líquido

Contemplam:

Capital Social	R\$ 200.000,00
Lucro acumulado	R\$ 163.780,67
Lucros distribuídos (2019)	R\$ (573.095,64)
Lucros do exercício	R\$ 700.423,86
Patrimônio líquido	R\$ 491.108,89

João Leonardo Roberto
CFC SR-278042/O-1
Contador

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS - OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
1º Tabelionato de Notas - Cuiabá, Mato Grosso
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 32750405201607050441-1; Data: 04/05/2020 16:09:41
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AKAA2261-2187
Valor Total do Ato: R\$ 4,45
Consulte os dados do ato em: <https://revalida.digital.sp.gov.br>

No documento apresentado pela empresa LÍDER, pode-se constatar que somente o profissional Contabilista é quem assinou a Nota Explicativa o que fere o exigido no item 10.2.4.2 do edital.

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME.

licitacao@maptriz.com.br

Pág. 3/7

Este documento foi assinado digitalmente por Marina Machado De Rezende.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código E5CF-0849-88EB-B732.

Este documento foi assinado digitalmente por Marina Machado De Rezende.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código E5CF-0849-88EB-B732.

As demonstrações contábeis já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, as notas explicativas é um dois itens obrigatórios que as empresas devem apresentar junto com os demais elementos das demonstrações contábeis, conforme a natureza empresarial, considerando que a empresa "LIDER" é uma Micro Empresa, deve-se apresentar as demonstrações seguindo o disposto no ITG 1000¹.

De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial:

QUADRO RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS			
Demonstração Contábil	ME e EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	Regra Geral
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A.	Facultativa	Obrigatório ^{*1}	Obrigatório
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa ^{*2}	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Obrigatório ^{*1}	Obrigatório
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório
N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Obrigatório ^{*3}

No caso em questão, a empresa apresentou a Nota Explicativa, contudo, sem a assinatura do representante legal e/ou administrador, que além de não atender ao exigido no subitem 10.2.4.2 do edital, deixa também, de obedecer ao previsto na legislação em vigor que rege sobre as normas contábeis conforme se vê no § 4º do art. 177 da Lei nº 6.404/76², o que torna o documento apresentado irregular, perante as exigências legais.

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

(...);

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados. [grifo nosso].

¹ Demonstrativo dos quesitos obrigatórios:

https://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2018_07_16_informativoFiscalizacao.html , acesso em 25/05/2020.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm acesso em 25/05/2020.

Ainda que, o houvesse um responsável presente na sessão de licitação este não poderia assinar o documento pois o que foi apresentado é uma cópia autenticada, conforme consta nos autos.

Com todo o respeito a r. comissão, entendemos que a Nota Explicativa apresentada sem a assinatura do Administrador e/ou responsável legal é um documento inválido e deve ser desconsiderado, devendo resultar na revisão da habilitação da empresa LIDER, considerando as seguintes observações:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Zanella Di Pietro³:

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

³ PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.

Sobre o tema, assevera José dos Santos Carvalho

Filho⁴:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto". (grifos apostos)

⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244

REQUERIMENTOS

Diante dos fundamentos expostos, requer
digne-se Vossa Senhoria em acolher o presente recurso e no mérito dar provimento, afim
de reformar a decisão que habilitou a empresa **Líder Engenharia e Gestão de Cidades
LTDA** e torna-la inabilitada por descumprimento do exigido no subitem 10.2.4.2 do edital,
ao apresentar a Nota Explicativa sem a Assinatura do Responsável Legal e/ou
administrador. É o que se requer.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

De Londrina para Contenda, em
25 de maio de 2020.

(assinado digitalmente)
Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME.
CNPJ nº 80.921.489/0001-73



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E5CF-0849-88EB-B732> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E5CF-0849-88EB-B732



Hash do Documento

20AC727DCC92BB75763807DC485796068F5D2352DAE4AD55B5A88A6FB988EF60

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/05/2020 é(são) :

- ☒ Marina Machado De Rezende (Signatário) - 045.253.149-74 em
25/05/2020 11:18 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

